



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 13 de março de 2015
(OR. en)

6552/15

CO EUR-PREP 11
POLGEN 28
ENV 81
ENER 44
MI 111
RECH 34
COMPET 62
IND 25
ECOFIN 134
SOC 103
EDUC 41
TELECOM 53
JAI 110
EMPL 51
SAN 73

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Conselho

Assunto: Semestre Europeu de 2015
- Relatório de síntese sobre os contributos do Conselho

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório de síntese elaborado pela Presidência sobre os debates e as principais mensagens políticas das diferentes formações do Conselho em relação ao Semestre Europeu de 2015.

RELATÓRIO DE SÍNTESE DA PRESIDÊNCIA

Introdução

O presente relatório faz uma síntese dos resultados dos debates realizados no Conselho e das respetivas conclusões sobre o pacote da Comissão relativo à Análise Anual do Crescimento para 2015. Tem também em conta o pacote dos relatórios por país que foi apresentado pela Comissão em 26 de fevereiro de 2015 no que diz respeito à implementação das recomendações específicas por país a nível nacional.

A primeira Análise Anual do Crescimento apresentada pela Comissão Juncker em 28 de novembro de 2014 delinea uma nova agenda para o crescimento e o emprego assente em três pilares que se reforçam mutuamente: investimento, reformas estruturais e responsabilidade orçamental. O Conselho saúda a Análise Anual do Crescimento para 2015 apresentada pela Comissão e partilha amplamente da análise que a Comissão faz da situação económica na UE e dos desafios políticos que esta enfrenta.

A Análise Anual do Crescimento está estreitamente ligada às principais iniciativas estratégicas, tais como o Plano de Investimento para a Europa, a União da Energia e as futuras estratégias para o mercado único digital e para o mercado interno de bens e serviços. Foi também salientada a ligação a uma política de transportes visionária através do desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e do bom funcionamento do mercado único. Por conseguinte, os debates incidiram sobre estes processos estratégicos mais vastos, permitindo que as diferentes formações do Conselho apresentassem os seus pontos de vista e reflexões.

O Conselho está a levar por diante com grande diligência o Plano de Investimento para a Europa. Em 10 de março de 2015, o Conselho ECOFIN adotou uma orientação geral sobre a proposta relativa a um Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) que visa mobilizar, no mínimo, 315 mil milhões de EUR ao longo de três anos em investimentos públicos e privados adicionais. Os debates nas diferentes formações do Conselho salientam o potencial do FEIE e confirmam também a necessidade de prosseguir em paralelo as outras vertentes do Plano de Investimento. Em especial, é necessário continuar a melhorar o clima de investimento e o ambiente empresarial geral mediante a redução da carga regulamentar, garantindo simultaneamente uma segurança regulamentar suficiente. Têm de ser asseguradas as sinergias entre o FEIE, outros programas da UE tais como o Horizonte 2020 e o Mecanismo Interligar a Europa, os fundos estruturais e o financiamento nacional. São necessários esforços especiais para facilitar o acesso das PME ao financiamento, incluindo o capital de risco, e para ajudar as empresas europeias em fase de arranque (*start-ups*) na fase crucial de crescimento.

No que diz respeito às reformas estruturais, embora tenham sido realizados progressos, é necessário acelerar o ritmo das reformas. De um modo geral, segundo a Comissão, tem sido limitada ou inexistente a execução de quase metade das recomendações específicas por país adotadas pelo Conselho em julho de 2014. A situação é ligeiramente mais favorável na área do euro, em que 60 % das recomendações foram executadas pelo menos em parte. No entanto, é evidente que há ainda muito a fazer em várias frentes, em particular nos países menos sujeitos à pressão dos mercados. Entre as principais áreas de preocupação estão as reformas dos mercados de produtos e serviços e a modernização da administração pública. A persistência de elevados níveis de desemprego, em especial o desemprego de longa duração e o desemprego dos jovens, vem confirmar uma vez mais a necessidade de envidar mais esforços nos mercados de trabalho. Esses esforços prendem-se nomeadamente com a fixação de salários, a adequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho, a capacidade dos serviços públicos de emprego e a segmentação do mercado de trabalho.

É essencial prosseguir a modernização dos sistemas de pensões e melhorar a eficiência dos cuidados de saúde e dos cuidados continuados, mesmo no contexto da consolidação orçamental.

Por último, a Europa no seu conjunto deverá seguir uma trajetória de responsabilidade orçamental favorável ao crescimento. Cada Estado-Membro deverá tomar medidas adequadas que reflitam a margem de manobra orçamental de que dispõe. São necessários mais progressos em matéria de coordenação das políticas orçamentais na área do euro. De um modo geral, tem de ser prestada maior atenção à eficácia e qualidade das finanças públicas e à sua capacidade de propiciar o crescimento. Têm de ser plenamente executadas as recomendações no que respeita à redução da carga fiscal sobre o trabalho e à garantia da realização de despesas em domínios favoráveis ao crescimento, tais como a investigação e o investimento.

Os debates do Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento sublinharam o potencial da economia digital relativamente à agenda da UE para o crescimento e o emprego. A Europa necessita de uma transformação digital para restabelecer o seu estatuto de principal protagonista na economia digital mundial. A digitalização deverá abranger todos os domínios de ação, desde as políticas industriais às políticas ambientais. A implantação de redes de banda larga de alta velocidade, os esforços no sentido de colmatar o défice de competências digitais, de reforçar a confiança dos consumidores e de aumentar a cibersegurança constituem pré-requisitos fundamentais da economia digital e exigem medidas firmes a nível nacional e da UE. Existe uma necessidade urgente de criar um mercado único digital, que elimine as restrições ao comércio eletrónico transfronteiras e que continue a estimular esse comércio. Continua a ser necessário apoiar a investigação e o investimento digitais, a computação em nuvem e a exploração dos megadados. A Europa precisa de apoiar as suas *start-ups* digitais, mas também de ajudar a digitalização das suas empresas de forma mais generalizada. O Conselho aguarda com expectativa que a Comissão apresente uma estratégia para o mercado único digital abrangente e ambiciosa.

O Semestre Europeu de 2015 será o primeiro a implementar o modelo racionalizado proposto na Análise Anual do Crescimento para 2015. Os debates no âmbito do Conselho têm vindo a saudar essa racionalização. A apresentação de uma análise única por país relativamente a cada Estado-Membro muito mais cedo do que no passado (a 26 de fevereiro) deverá reforçar a apropriação e facilitar a avaliação pelos pares. Deverá facilitar a análise das recomendações específicas por país no âmbito do Conselho e permitir um maior envolvimento das partes interessadas a nível nacional.

A nível europeu, a Presidência procedeu a uma troca de pontos de vista com o Parlamento Europeu sobre o Semestre Europeu. O Parlamento vai adotar em 11 de março de 2015 três resoluções nesta matéria, intituladas "Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento para 2015", "Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2015" e "Governação do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu de 2015". O diálogo interparlamentar sobre o Semestre Europeu organizado pelo Parlamento Europeu nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2015 contribuiu também para a reflexão efetuada (ver doc. 6195/15).

Assuntos económicos e financeiros

O Conselho Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN) debateu a Análise Anual do Crescimento na reunião de 9 de dezembro de 2014. As alterações previstas para o Semestre Europeu foram também tratadas nessa reunião, no contexto da troca de pontos de vista sobre a Estratégia Europa 2020 e da sua execução ao longo do Semestre Europeu, que teve por base um parecer conjunto do Comité Económico e Financeiro e do Comité de Política Económica (doc. 16228/14). O Conselho ECOFIN adotou subsequentemente, na reunião de 17 de fevereiro de 2015, conclusões do Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento e o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (doc. 5957/1/15 REV 1). A Comissão apresentou as análises integradas por país no Conselho ECOFIN de 10 de março de 2015.

O Conselho ECOFIN chegou a acordo sobre os grandes domínios políticos prioritários indicados pela Comissão na Análise Anual do Crescimento em que se deverão concentrar os esforços nacionais e da UE em 2015, a saber um estímulo ao investimento, um compromisso renovado no sentido da execução de reformas estruturais e o exercício da responsabilidade orçamental.

O Conselho ECOFIN congratulou-se também com as sugestões da Comissão para racionalizar e reforçar o Semestre Europeu.

No que diz respeito ao investimento, as conclusões reconhecem que há uma necessidade urgente de estimular o investimento, a fim de fortalecer a recuperação económica da UE e o seu potencial de crescimento, e congratulam-se com o Plano de Investimento para a Europa, apresentado a par da Análise Anual do Crescimento. O Conselho ECOFIN salienta que as iniciativas tomadas no âmbito do Plano de Investimento deverão ser complementadas por medidas que melhorem o clima empresarial e tornem o investimento mais atrativo.

Em 10 de março de 2015, o Conselho ECOFIN adotou uma orientação geral sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1291/2013 e (UE) n.º 1316/2013 (doc. 6831/15), que visa mobilizar, no mínimo, 315 mil milhões de EUR ao longo de três anos em investimentos públicos e privados adicionais. A celeridade do acordo alcançado sobre esta orientação geral demonstra o forte apoio político dos Estados-Membros a esta iniciativa e um claro entendimento da necessidade de se realizarem rapidamente novos investimentos na Europa. Para tirar pleno partido dos benefícios do FEIE, a orientação geral insiste numa estrutura de governação transparente e despolitizada e estabelece critérios claros de seleção dos projetos. Esses critérios dizem respeito à compatibilidade com as políticas da União, à viabilidade, à adicionalidade e à participação de investidores privados. A orientação geral do Conselho prevê igualmente um papel forte para os bancos de fomento nacionais e as plataformas de investimento, que atuarão como catalisadores para os projetos de investimento. O BEI será da maior importância para garantir que a nova plataforma de aconselhamento prestará uma assistência técnica eficaz no apoio ao desenvolvimento de projetos em toda a União.

Relativamente à execução de reformas estruturais, as conclusões reconhecem que a execução ambiciosa das reformas estruturais nos mercados de produtos, de serviços e de trabalho é essencial para aumentar a produtividade, recuperar a competitividade e melhorar o clima empresarial, e fomentar assim também o investimento produtivo privado, o emprego e o potencial de crescimento. As conclusões constataam que o mercado único europeu continua a ser o mais poderoso motor de crescimento a nível da UE e que a realização do mercado único de bens e de serviços constitui uma prioridade. O Conselho ECOFIN constatou os esforços feitos pelos Estados-Membros na execução das reformas estruturais, salientando embora a necessidade de se fazer um maior esforço de reforma em todos os Estados-Membros, em função do nível de rigidez e de vulnerabilidade que ainda subsista.

No que diz respeito à responsabilidade orçamental, o Conselho congratulou-se com os avanços consideráveis que se registaram em matéria de consolidação orçamental e constatou, simultaneamente, que os níveis da dívida pública na maioria dos Estados-Membros se mantinham elevados e que era ainda necessário trazer os níveis da dívida para uma trajetória descendente. As conclusões sublinham que é essencial que todos os Estados-Membros mantenham o rumo traçado na estratégia de consolidação orçamental diferenciada e favorável ao crescimento que foi acordada para garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Salientam que todos os Estados-Membros devem executar as suas políticas orçamentais em consonância com as suas obrigações nos termos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que permite que os estabilizadores automáticos funcionem com base na trajetória de ajustamento estrutural acordada, garantindo simultaneamente a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas.

Por último, relativamente às alterações no sentido de racionalizar e reforçar o Semestre Europeu, o Conselho ECOFIN congratulou-se com as sugestões apresentadas pela Comissão. As conclusões reconhecem que a publicação de uma avaliação económica abrangente única por Estado-Membro numa fase mais precoce do processo permite atuar com maior transparência, reagir melhor à análise da Comissão e dispor de mais tempo para analisar e debater as orientações da UE, o que deverá reforçar a apropriação e o processo de supervisão multilateral. Sublinham a importância da monitorização do desempenho e da execução das políticas, incluindo a implementação das recomendações específicas por país, ao longo do ano.

Emprego, política social e saúde

No quadro do Semestre Europeu de 2015, o Conselho (EPSCO) realizou amplos debates de orientação (reuniões de 11 de dezembro de 2014 e 9 de março de 2015) sobre as medidas prioritárias nos domínios do emprego e das políticas sociais. Neste contexto, o Conselho EPSCO adotou o Relatório Conjunto sobre o Emprego 2015 (doc. 7006/15) e conclusões do Conselho, tendo em conta a Análise Anual do Crescimento, que dão orientações políticas para as políticas sociais e de emprego em 2015 (doc. 7007/15). Aprovou igualmente as mensagens fundamentais do Relatório do Comité da Proteção Social sobre a situação social na UE (doc. 6194/15).

Apesar da evolução positiva prudente dos parâmetros económicos na maioria dos Estados-Membros, a elevada taxa de desemprego continua a constituir um importante desafio para a UE. Uma abordagem integrada que tenha em consideração as preocupações sociais e de emprego e seja coerente com essas preocupações é uma condição prévia para o êxito do combate ao desemprego.

De um modo geral, os ministros acolheram favoravelmente a abordagem assente em três pilares da Análise Anual do Crescimento (AAC) para dar resposta às preocupações atuais. Algumas delegações referiram a necessidade de acentuar ainda mais os aspetos sociais dessa abordagem.

Para fazer face aos desafios urgentes, os mercados de trabalho têm de ser mais inclusivos e eficientes. Foi dado especial destaque à inclusão de grupos vulneráveis que necessitam de assistência específica. O papel das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade em geral tem de merecer maior atenção. Para se alcançar a igualdade entre os sexos, tem de se pôr termos às disparidades salariais e têm de ser tidas em melhor conta as necessidades das mulheres.

O desemprego de longa duração tornou-se uma questão de extrema importância que exige atenção urgente e medidas específicas. O desemprego dos jovens continua a ser uma prioridade política de primeira ordem. A implantação dos programas da Garantia para a Juventude vai ser reforçada em breve com a nova proposta de aumento do pré-financiamento da Iniciativa para o Emprego dos Jovens. O prolongamento da vida ativa coloca desafios adicionais aos trabalhadores mais velhos, para os quais vão ser desenvolvidas ações especiais além da promoção dos programas de aprendizagem ao longo da vida.

No contexto do Semestre Europeu, a aprendizagem e supervisão mútuas demonstraram ser instrumentos muito úteis e deverão continuar a ser utilizados. Nomeadamente, permitem que os Estados-Membros partilhem ensinamentos e, dessa forma, contribuam para melhorar as políticas.

A economia digital e as novas tecnologias oferecem novas oportunidades que têm de ser aproveitadas. O investimento nas pessoas e nas competências tem de ser direcionado de modo a preparar os trabalhadores para enfrentarem um ambiente económico mais dinâmico. As competências têm de ser continuamente adaptadas à evolução das condições económicas e laborais. As formas de trabalho precário devem dar lugar a empregos de qualidade. A eficácia e eficiência dos sistemas de proteção social tem de ser melhorada.

Os ministros saudaram as alterações ao Semestre Europeu, em especial o calendário dos relatórios por país, que permite agora um melhor diálogo, a realização de debates e consultas com as partes interessadas a nível nacional. Foi realçado o papel e o contributo do Comité do Emprego e do Comité da Proteção Social no âmbito do Semestre Europeu. Foi também salientado o papel e a importância dos parceiros sociais, nomeadamente no que diz respeito ao seu envolvimento no Semestre Europeu e na aprendizagem mútua. De um modo geral, os seus contributos são essenciais para fatores que são importantes para a concretização de mercados de trabalho mais inclusivos e eficientes e dos objetivos da política social. Foi também feita referência ao impacto que o novo Plano de Investimento pode vir a ter nos domínios do emprego e dos benefícios sociais.

Competitividade

No quadro do Semestre Europeu e com base na Análise Anual do Crescimento para 2015, o Conselho (Competitividade) realizou debates de orientação sobre alguns aspetos do mercado interno e da competitividade industrial (em 2 de março) e sobre aspetos relativos à investigação (em 3 de março de 2015). Durante os debates, os ministros abordaram também o Plano de Investimento para a Europa e, em especial, a questão de como melhorar o ambiente de investimento na Europa.

Mercado interno

Os ministros reconheceram a necessidade urgente de continuar a reforçar, aprofundar e, eventualmente, completar o mercado único. Salientando embora a necessidade de prosseguir os esforços sobre medidas horizontais, os ministros mostraram-se igualmente favoráveis a uma abordagem setorial pragmática suscetível de fazer avançar mais rapidamente a integração do mercado único. Os ministros mencionaram, enquanto setores com o maior potencial de crescimento, a economia digital, a energia, os transportes, as telecomunicações e os serviços (incluindo o setor do retalho, os serviços às empresas e a construção). As reformas nacionais mantêm-se no topo das agendas políticas nacionais e os ministros mencionaram também exemplos de reformas empreendidas cujo principal objetivo era eliminar as barreiras existentes e melhorar o ambiente empresarial e de investimento. Neste contexto, os ministros salientaram que era essencial melhorar o acesso das empresas, em especial das PME, aos contratos públicos e facilitar a livre circulação de pessoas, mediante a rápida aplicação da diretiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

Os ministros sublinharam a importância de uma governação eficaz do mercado único, salientando nomeadamente a importância da aplicação e execução das regras existentes da melhor forma possível. Insistiram na necessidade de melhorar e simplificar a legislação em benefício das empresas e dos consumidores, tendo sempre em conta os princípios da melhor regulamentação, em particular o programa REFIT. Foi ainda salientada pelos ministros a necessidade de respeitar plenamente a transparência, a subsidiariedade e a proporcionalidade, de reduzir os encargos administrativos e de preparar todas as iniciativas através de avaliações de impacto bem fundamentadas.

Foi amplamente salientada a importância de que se revestia também a identificação das barreiras e estrangulamentos ao comércio transfronteiras para o reforço da competitividade internacional da UE. Um grande número de ministros salientou a necessidade de libertar todo o potencial do setor dos serviços mediante a plena aplicação da Diretiva Serviços e a revisão das regras em matéria de notificação e de fazer uma melhor utilização dos instrumentos do mercado único, nomeadamente privilegiando uma combinação equilibrada entre o reconhecimento mútuo e a harmonização. Todos os ministros indicaram que aguardavam com expectativa o pacote relativo ao mercado único digital, agendado para maio de 2015, e a estratégia para o mercado interno de bens e serviços, prevista para o outono de 2015, e instaram a Comissão a mostrar-se ambiciosa nestas suas próximas iniciativas.

Indústria

Os aspetos da política industrial foram debatidos no contexto da futura estratégia para o mercado único digital. A principal preocupação partilhada pelos Estados-Membros era a de que os elementos da política industrial fossem plenamente integrados nessa estratégia. Uma UE competitiva implica uma UE digital e esta tem de estar baseada em empresas inovadoras, tanto grandes como pequenas, que sejam capazes de utilizar as oportunidades digitais para gerar empregos e crescimento. As microempresas não poderão ser esquecidas, com particular destaque para as *start-ups* inovadoras.

Os ministros identificaram as ações e medidas com o maior potencial para alcançar este objetivo. Vários ministros sublinharam a necessidade de facilitar o acesso ao financiamento, incluindo o capital de risco à escala da UE, sobretudo em benefício das PME, bem como a necessidade de mudar a cultura de aversão ao risco neste contexto. É necessário capital de risco não só para as empresas maduras, mas também para o financiamento das PME nas fases *seed* e *pré-seed*, bem como para fazer face às necessidades de ampliação. A eliminação de encargos regulamentares foi igualmente considerada essencial, tanto a nível interno como entre Estados-Membros. Desta forma, criar-se-á um verdadeiro mercado único para as empresas digitais, que permitirá em especial que as pequenas empresas em fase de arranque cresçam mais depressa e ajudará a UE a enfrentar a concorrência a nível mundial. Neste contexto, foi destacada a necessidade de aplicar o princípio do "balcão único para as PME" em toda a UE.

A interoperabilidade a nível da UE entre sistemas e produtos através da definição de normas pan-europeias foi uma necessidade sublinhada por muitos ministros como parte da eliminação de todas as barreiras ao comércio eletrónico transfronteiras. Poderão também ser vantajosos os quadros interoperáveis, como demonstrado pelos exemplos de assinatura eletrónica e rotulagem eletrónica unificadas, etc.. Entre as outras barreiras mencionadas, tanto para os produtores como para os consumidores, figura a proteção de dados, em que as disposições normativas e regulamentares nacionais têm de acompanhar o comércio digital a nível mundial, proporcionando simultaneamente um quadro coerente e estável para os fluxos de dados e salvaguardando a execução cabal das regras da UE em matéria de proteção de dados.

Alguns ministros sublinharam a necessidade de investimento (a partir dos fundos europeus existentes, entre outros) para ajudar as empresas na digitalização. Vários Estados-Membros reconheceram que o Plano de Investimento para a Europa teria um papel a desempenhar neste contexto.

De um modo geral, os ministros destacaram os pré-requisitos básicos necessários para que a indústria europeia explore plenamente o potencial da digitalização e da economia digital para a competitividade industrial. Entre eles, incluem-se a necessidade de implantar redes de banda larga de alta velocidade em toda a Europa, de resolver o problema do défice de competências digitais em todos os níveis de ensino e da hierarquia (cidadãos, trabalhadores e dirigentes), bem como de criar um sentimento de credibilidade e confiança na cibersegurança tanto por parte dos consumidores como das empresas, particularmente no que diz respeito à propriedade, utilização e disponibilidade dos dados industriais.

Investigação

De um modo geral, os ministros concordaram com a Análise Anual do Crescimento quanto à necessidade privilegiar o financiamento da investigação e inovação (I&I), garantir a realização de investimentos inteligentes e eficientes a fim de criar o necessário poder de alavancagem relativamente ao investimento privado, e melhorar as condições de enquadramento para transformar o investimento em ativos corpóreos. Além disso, sublinharam a necessidade de se dispor de legislação adequada, incluindo regulamentação dos auxílios estatais favorável ao crescimento, de reduzir a burocracia e as formalidades, e de assegurar um ensino e qualificações adequadas. É necessária uma visão e uma estratégia de longo prazo para os investimentos, tanto nos Estados-Membros como a nível da UE.

Vários ministros sublinharam a importância de aumentar a eficiência dos programas de investigação através da definição de prioridades e de uma especialização inteligente com base na avaliação. Muitos consideraram igualmente como reformas estruturais necessárias a eliminação de barreiras à mobilidade dos investigadores e o recurso a incentivos fiscais.

Quanto à criação de um ambiente favorável tanto para o investimento público como para o investimento privado, o investimento público estratégico em I&I deverá ter um efeito de alavancagem relativamente ao investimento privado. Vários ministros recordaram também a necessidade de atribuir particular importância à excelência e qualidade da investigação quando se considerar a possibilidade de realizar investimentos. Foi considerado essencial assegurar sinergias entre o Horizonte 2020 e o futuro Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), assim como entre os fundos estruturais e o financiamento nacional. Além disso, a maioria dos ministros sublinhou a necessidade de melhorar a integração das empresas privadas, nomeadamente as PME e as empresas de média capitalização, nos processos de I&I a todos os níveis, de forma a garantir o investimento e a transferência de conhecimentos. Há que destacar os benefícios associados como, por exemplo, incentivos fiscais, oportunidades digitais, o potencial dos megadados e a reutilização de dados, a inovação e a ciência abertas, assim como ações próximas do mercado.

Relativamente ao Plano de Investimento para a Europa, embora vários ministros tenham manifestado preocupações com a transferência de fundos do Horizonte 2020 para o FEIE, sublinharam a necessidade de os critérios de seleção do FEIE darem prioridade aos projetos mais inovadores e competitivos, tendo igualmente em conta o seu impacto socioeconómico a longo prazo, bem como a necessidade de os peritos abrangerem um vasto leque de conhecimentos nestas matérias e a necessidade de se obterem informações sobre os projetos selecionados. Vários ministros sublinharam a necessidade de garantir que as partes interessadas em I&I, incluindo as PME, tenham acesso a financiamento através do FEIE.

Transportes

O Conselho Transportes efetuou um debate de orientação em 13 de março de 2015 sobre o papel e o contributo dos transportes para libertar todo o potencial de crescimento da UE num ambiente mundial cada vez mais competitivo.

Os ministros reconheceram que o desenvolvimento visionário e previsível das infraestruturas era fundamental para o reforço da competitividade europeia e para o bom funcionamento do espaço único dos transportes. A implementação da rede transeuropeia de transportes (RTE-T) visa reforçar a coesão social e territorial europeia e o seu mercado interno. No que diz respeito ao ambiente regulamentar e à sua implementação, os ministros salientaram a necessidade de aplicar os princípios da regulamentação inteligente e das condições equitativas. Os ministros salientaram que uma rede RTE-T eficiente, operacional e sustentável desempenhava um importante papel na competitividade da UE num mundo globalizado.

Os ministros salientaram a necessidade de explorar plenamente as possibilidades oferecidas pela inovação no setor dos transportes, que oferece muitas oportunidades para a economia europeia, não só no domínio das infraestruturas, mas também nos setores do fabrico de veículos elétricos e auto transportados e dos serviços de logística. É igualmente necessário explorar plenamente as sinergias com os setores da energia, especialmente no domínio dos combustíveis alternativos, das telecomunicações e da economia digital, nomeadamente para os serviços do Sistema de Transportes Inteligentes.

Foi também reconhecido que a execução dos principais projetos transfronteiras em falta, em especial no setor dos caminhos de ferro e das vias navegáveis interiores, constituía um desafio essencial para o desenvolvimento da rede RTE-T. Esses projetos são frequentemente dispendiosos, com benefícios socioeconómicos a longo prazo, e por conseguinte sem incentivos claros para os parceiros privados. Além disso, os seus principais beneficiários não são as regiões em que esses projetos são construídos, mas os Estados-Membros e a UE no seu conjunto.

Os Ministros reconheceram que eram necessários investimentos consideráveis no setor dos transportes para que a Europa atingisse os seus objetivos. O orçamento da UE para 2014-2020 dá algum apoio sob a forma de subvenções através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) para complementar o apoio dos Estados-Membros à RTE-T. Todavia, estes orçamentos públicos representam apenas uma fração dessas necessidades.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos que foi proposto poderá abrir novas oportunidades de financiamento das ambições estratégicas no setor dos transportes e poderá atrair fundos adicionais para projetos com um verdadeiro valor acrescentado para a UE e com um perfil de risco mais elevado do que os normalmente financiados pelos bancos públicos e privados ou pelos parceiros privados. No entanto, é necessário procurar um maior número de novos mecanismos de financiamento, designadamente no quadro das parcerias público-privadas.

Relativamente ao FEIE, vários ministros salientaram que seria essencial uma seleção de projetos aberta e independente e critérios sólidos para garantir a confiança dos Estados-Membros e uma execução bem sucedida do Plano de Investimento em prol dos projetos de transportes.

Telecomunicações

O Conselho TTE (Telecomunicações) debateu a revisão intercalar da estratégia Europa 2020 na sua reunião de 27 de novembro de 2014 (doc. 16175/14), tendo em conta a publicação da Análise Anual do Crescimento (AAC) para 2015. No contexto do Semestre Europeu de 2015, a Presidência convidou os Estados-Membros a apresentarem as respostas por escrito (doc. 6407/15).

Os Estados-Membros saudaram o processo da AAC e apoiaram em geral a prossecução da estratégia Europa 2020, que tem como uma das suas iniciativas emblemáticas a Agenda Digital para a Europa (ADE). Tendo em vista a futura estratégia da Comissão para o mercado único digital, os Estados-Membros apelam a uma maior ênfase em medidas relacionadas com o crescimento e o emprego, na perspetiva da competitividade.

De um modo geral, as delegações saudaram o reforço da visibilidade das políticas digitais, tanto a nível da UE como a nível nacional. Simultaneamente, existe a expectativa de que a futura estratégia assuma uma natureza mais holística e horizontal, com vista à transformação digital da Europa, e que possa voltar a colocar a Europa no mapa como principal protagonista na economia digital e em setores tecnológicos essenciais.

Embora reconheçam os progressos alcançados em muitos assuntos relacionados com a política digital, tal como foi recentemente demonstrado pelo painel de avaliação da Agenda Digital, as delegações indicaram uma série de domínios em que pensam que mais haveria a fazer, quer como parte das atividades em curso no âmbito da ADE quer como domínios prioritários a incluir na estratégia para o mercado único digital:

- Facilitar a adoção de legislação que promova a transformação digital do panorama empresarial europeu no que diz respeito à criação de uma economia digital e inovadora. O princípio do "digital por defeito" deverá ser reconhecido e implementado enquanto princípio da política horizontal quando se realizam avaliações de impacto de nova regulamentação;
- Garantir o acesso e a conectividade e fomentar a implantação de redes de banda larga de alta velocidade, nomeadamente através do Plano de Investimento. Neste contexto, as delegações realçaram que as metas definidas na ADE são insuficientes para a conclusão do mercado único digital;
- Aumentar os esforços para concluir o mercado único digital, nomeadamente facilitando e estimulando o comércio eletrónico mediante a eliminação de restrições e encargos desnecessários impostos ao comércio e serviços transfronteiras em linha, e pondo termo a práticas discriminatórias como o bloqueio geográfico. As medidas concretas a tomar incluem as revisões do quadro regulamentar para as comunicações eletrónicas e o mercado audiovisual, bem como a atualização do quadro dos direitos de autor;
- Reforçar a credibilidade, confiança, segurança, resiliência e fiabilidade no domínio dos serviços digitais e em especial na Internet como pedra basilar para a utilização alargada dos serviços digitais por parte dos consumidores, empresas e administrações públicas. Deverão ser feitos progressos nos domínios da proteção de dados, privacidade e segurança da informação;
- Desenvolver mais medidas de apoio para fomentar a I&I, a computação em nuvem e os megadados. Existe a necessidade de aumentar o investimento na investigação na área das TIC e da inovação digital através de uma melhor promoção de programas de financiamento e do novo Plano de Investimento;
- Para atrair investidores na esfera digital, é necessária uma maior segurança regulamentar, investimento em infraestruturas, em especial em redes de banda larga e serviços digitais, e uma execução eficaz e coerente dessas regras, tanto a nível europeu como nacional, bem como a eliminação de encargos regulamentares desnecessários;
- Desenvolver as competências digitais à luz do défice de qualificações que existe tanto do lado dos utilizadores como dos fornecedores com vista a atrair jovens para o setor das TIC;
- Apoiar as start-ups/PME, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de reduzir os obstáculos administrativos, mas também em temas de acesso a capital de risco;

- Tratar as questões fiscais relacionadas com a criação do mercado único digital;
- Reduzir o fosso digital entre Estados-Membros e em cada um dos Estados-Membros;
- Promover uma abordagem mais digital das administrações públicas e o desenvolvimento da administração em linha, da contratação pública eletrónica e do acesso eletrónico aos serviços públicos, incluindo os serviços de interoperabilidade transfronteiras. Deverão ser envidados esforços no sentido de aplicar o princípio de que a recolha de informações junto dos cidadãos seja efetuada uma só vez;
- Desenvolver parcerias público-privadas para acelerar o progresso e reforçar o acesso ao financiamento.

Energia

Em 9 de dezembro de 2014, o Conselho TTE (Energia) adotou conclusões sobre a realização do mercado interno da energia (doc. 16037/14) e em 5 de março de 2015 realizou um debate de orientação sobre a infraestrutura energética e os seus desenvolvimentos e prioridades.

As delegações reiteraram a importância de realizar, com carácter de urgência, um mercado interno da energia europeu plenamente funcional e interligado para assegurar o aprovisionamento ininterrupto de energia em toda a Europa e aumentar a interconectividade, de modo a pôr termo num futuro próximo a qualquer isolamento dos Estados-Membros em relação às redes europeias de gás e eletricidade. Uma rede europeia de energia interligada e sincronizada é essencial para garantir energia segura, sustentável e a preços acessíveis. Esta rede dará origem a mais oportunidades em termos de investimentos, crescimento e empregos em toda a União Europeia. A criação de interligações adequadas exigirá a mobilização urgente de esforços a todos os níveis para alcançar o objetivo comum de um mercado interno da energia europeu plenamente funcional e interligado.

Em apoio a este objetivo, as delegações sublinharam que os projetos de interesse comum (PIC) têm de ser realizados urgentemente para reforçar o mercado interno da energia. Consideraram igualmente que deveria ser dada a máxima prioridade à adoção e implementação atempadas dos códigos de rede para o gás e a eletricidade em toda a União Europeia. Além disso, foi destacada a necessidade de melhorar a configuração do mercado, nomeadamente no setor da eletricidade.

A integração do mercado regional foi reconhecida como um instrumento importante para a consolidação definitiva de um mercado único da energia em toda a União Europeia. A cooperação regional deve, por conseguinte, ser reforçada para abordar prioridades políticas mais latas e, através da execução coordenada dos PIC, ser um instrumento importante para alcançar a meta de 10% de interligação elétrica entre Estados-Membros até 2020, tal como foi definido pelo Conselho Europeu.

Dado o volume substancial de investimentos que é preciso até 2020 para criar as infraestruturas necessárias para interligar adequadamente todos os Estados-Membros da UE, a melhoria contínua do clima de investimento no setor da energia foi identificada com um elemento crucial. As delegações sublinharam a necessidade de mais investimentos em infraestruturas estratégicas e inteligentes, de uma forma eficaz em termos de custos. Relembrou também a necessidade urgente de todos os Estados-Membros procederem à transposição e aplicação efetivas e coerentes do terceiro pacote da energia, a fim de proporcionar em toda a União Europeia um clima de investimento robusto e orientado para o mercado, com base num regime jurídico europeu que seja estável e previsível.

Para além do Regulamento RTE-E, adotado em 2013, juntamente com o Mecanismo Interligar a Europa (MIE), que cria um instrumento regulamentar europeu estável, destinado a identificar e assegurar a execução atempada dos PIC, foi também feita referência ao Plano de Investimento para a Europa, tal como proposto pela Comissão, e nomeadamente à criação de um Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), com o objetivo de melhorar significativamente o acesso dos projetos de investimento da UE a financiamento de longo prazo. Este instrumento contemplará os PIC ou outros projetos de interligação, e irá acelerar e completar a atual estrutura de apoio aos PIC, superando-a. O FEIE oferece novas possibilidades de financiamento comercial. A este respeito, as delegações salientaram que era da maior importância assegurar a utilização plena de todos os recursos da UE existentes e afetados, bem como melhorar o ambiente regulamentar para os investimentos.

Ambiente

O Conselho (Ambiente) procedeu a uma troca de opiniões sobre a ecologização do Semestre Europeu com base numa nota de informação da Presidência com duas questões (doc. 6143/15). Os ministros reafirmaram que a política de ambiente, a ecologização da economia e a ecologização do Semestre Europeu podiam contribuir de forma muito significativa para os objetivos políticos mais vastos de estimular o crescimento e criar emprego.

Os ministros indicaram que tinha chegado a altura de fazer progressos e aproveitar plenamente as sinergias entre as políticas ambientais e as políticas noutros domínios através de uma combinação de instrumentos e iniciativas, tais como a ecologização dos sistemas orçamentais, investimentos mais direcionados, a promoção da investigação e do desenvolvimento, e a tomada em consideração das necessidades especiais das PME.

No entanto, os ministros registaram que na Análise Anual do Crescimento para 2015 era escassamente reconhecido o papel que as medidas ambientais, a eficiência na utilização dos recursos ou a economia verde desempenham no contexto mais alargado do desenvolvimento sustentável, bem como a sua contribuição para estimular o crescimento, o emprego e o investimento.

O Conselho convidou a Comissão a ter em conta as orientações e as mensagens claras incluídas nas suas conclusões de 28 de outubro de 2014, na preparação da revisão intercalar da estratégia Europa 2020 prevista para o final deste ano, de modo a garantir uma forte dimensão ambiental e uma total sinergia entre o ambiente e outras políticas.

O Conselho saudou as oportunidades oferecidas pela proposta que a Comissão apresentará para o mercado único digital, bem como a lista da Presidência com exemplos de possíveis sinergias para o crescimento verde e a criação de emprego entre os objetivos da economia circular e a próxima estratégia para o mercado único digital. Os ministros salientaram em especial a importância de alguns domínios como, por exemplo, as cidades inteligentes (incluindo sistemas inteligentes de transportes e iluminação), a gestão de resíduos, o ordenamento do território e o acesso a informação sobre o ambiente e a sua divulgação.

Por último, os ministros aproveitaram esta oportunidade para manifestar uma vez mais a sua desilusão pela retirada, pela Comissão, do pacote relativo aos resíduos e convidam-na a apresentar sem demora uma nova e mais ambiciosa proposta sobre a economia circular, que deverá ser mais abrangente e ir além da questão dos resíduos.